

Obras da 3ª ponte ainda dependem de muitas providências

Ao contrário do que afirmou o secretário Extraordinário Clóvis de Barros, o início de construção da terceira ponte ainda no atual Governo está dependendo do projeto de engenharia da obra, sem o que nada poderá ser feito; do aval do Governo Federal; de aprovação pelo Senado — em recesso até o final do mês — ao pedido da financiamento a um pool de bancos ingleses; fechamento do empréstimo, cujo valor é 50 milhões de dólares (Cr\$ 900 milhões); liberação desses recursos; contratação da firma executora do projeto e outras medidas.

O anúncio foi feito, ontem, pelo secretário do Interior e dos Transportes, Lenildo Lucas, que mesmo assim afirmou haver condições favoráveis para que a terceira ponte, ligando Vitória a Vila Velha, tenha seu início de construção ainda no atual Governo. O mesmo disse o secretário do Planejamento, Wantuir Zanotti, que, inclusive, endossou todas as declarações de seu colega Clóvis de Barros, apontado como uma das pessoas autorizadas a comentar o assunto com a imprensa.

Apurou-se ainda que de concreto sobre a terceira ponte existe, até agora, na área do Estado, uma dotação orçamentária no valor de Cr\$ 150 milhões destinada ao projeto. Mesmo assim, soube-se que estes recursos não são disponíveis pelo Governo, porém ele pode obtê-los através de operações de crédito com agentes financeiros, conforme a Lei 3.180, de 13 de dezembro de 1977.

PONTO DE HONRA

Embora tenha sido constatado um certo silêncio ou precaução por parte de elementos do Governo do Estado, no que diz respeito ao início de construção da terceira ponte, depreendeu-se desses contatos um esforço muito grande que vem sendo feito, há bastante tempo, para que a obra, ainda na administração do governador Elcio Alvares, seja ao menos começada.

A primeira prova desse esforço ficou clara ontem, quando o secretário Lenildo Lucas, depois de estimar que o projeto executivo da obra (chamado também de projeto de engenharia) ainda está para ser feito e que sem ele nenhum serviço pode ser iniciado. Este projeto, ainda de acordo com Lenildo, demora para ser concluído no mínimo de 12 a 14 meses. Assim não daria para que a ponte fosse começada até março do próximo ano, quando o atual governador deixa o Palácio Anchieta.

Entretanto, como a obra da terceira ponte tem se constituído um "sonho" do atual Governo, seu início antes de março é como um "ponto de honra", coisa que deverá ser conseguida com qualquer sacrifício. Desta maneira, Lenildo assinalou que mesmo sem o projeto de engenharia totalmente pronto, mas apenas iniciado, já haveria condições para o começo da fase de construção, mesmo porque — em seu entender — as duas coisas podem ter andamento paralelo.

A terceira ponte foi idealizada há vários anos, mas somente no início do atual Governo, em 1975, que começou a ser perseguida, transformando-se posteriormente em projeto básico — inútil para execução das obras — que custou ao Estado cerca de Cr\$ 10 milhões. A partir daí a obra já teve prazo para início e até conclusão, mas nenhum deles foi cumprido, por falta de viabilidade financeira — ou seja, os recursos necessários superavam o poder de desembolso do Governo, sendo preciso obtê-los através de financiamento.

Em virtude das dificuldades de viabilizar a obra, nos últimos anos, o Governo foi obrigado inclusive a entrar em silêncio, com relação ao assunto. Isto deveu-se, pelo menos em parte, conforme reconheceu o secretário Clóvis de Barros, "ao descrédito da opinião pública" notadamente em vista das promessas de que até tal data a ponte seria iniciada, e, em tal ano, terminada. A isso somou-se também a demora de conclusão da segunda ponte, em construção desde 1973, na Ilha do Príncipe, que era para ser entregue em 1976, depois, em 1977, e, agora, em novembro deste ano.

SERA INICIADA?

Depois de tantas marchas e contramarchas, o Governo garante que agora a ponte será mesmo iniciada, pois as autoridades federais que vinham protelando o reconhecimento de sua necessidade já avalisaram seu financiamento, pelo menos verbalmente. Para comprovar isso, soube-se ontem que está sendo preparada, no Palácio Anchieta, uma exposição de motivos destinada aos ministros Reis Veloso e Márjio Henrique Simonsen, respectivamente do Planejamento e da Fazenda.

Os ministros, depois de apreciarem a exposição de motivos do Governo do Estado, garantindo a necessidade da terceira ponte, dariam parecer favorável, encaminhando o processo para o presidente Ernesto Geisel. Este avalisaria a viabilidade econômica da obra, autorizando a obtenção de 50 milhões de dólares junto a bancos da Inglaterra.

Porém, como o financiamento pretendido seria obtido no exterior, o presidente Geisel encaminharia o pedido de empréstimo ao Senado, encarregado de aprovar ou não a negociação. Contudo, o eventual posicionamento negativo por parte dos senadores está praticamente, fora de cogitação, pois, entre outros motivos, o futuro governador Eurico Rezende ainda, naquele altura, seria o líder da Arena.

Além do Senado, as possibilidades de insucesso também são consideradas remotas. Nesse sentido, o secretário Wantuir Zanotti disse que, antes de qualquer iniciativa mais arrojada por parte do Governo do Estado, foram mantidos vários entendimentos verbais com a esfera federal, nos quais a terceira ponte passou a ser vista como uma prioridade técnica e financeiramente.

Segundo Lenildo Lucas, o valor da terceira ponte hoje está em torno de Cr\$ 900 milhões, correspondente ao financiamento pretendido pelo Governo do Estado junto a agentes financeiros da Inglaterra. Sua construção tem duração prevista para três anos, a contar do início das obras, portanto, devendo ser entregue ao tráfego de veículos em 1981.

Quanto ao projeto de engenharia que permitirá o início de construção da obra, o secretário do Interior e dos Transportes disse que depende das negociações que estão sendo feitas com a firma de consultoria, a Figueiredo Ferraz, com quem deverá ser feito um novo contrato — além daquele que custou Cr\$ 10 milhões (relativo ao projeto básico). Pelo que disse também, não deverá ser aberta uma nova concorrência pública, para formalização do contrato.

Além disso, falta também — para início das obras — a contratação da firma executora do projeto, cuja indicação poderá ser ou não através de concorrência pública, forma que até ontem não havia sido definida por Lenildo Lucas.